

O USO DE RETOMADAS ANAFÓRICAS COMO RECURSO ARGUMENTATIVO: UMA ABORDAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR

Leonildo Leal Gomes (UFRN)
leonildoleal@outlook.com

Introdução

Observamos nos últimos anos um número crescente de trabalhos vinculados à linguística do texto e a coesão referencial (KOCH, 2006, CAVALCANTE & LIMA, 2013, ADAM, 2011 e MONDADA, 2005), porém não se há a devida ênfase no trabalho docente de escrita e reescrita, levando-se em considerações os aspectos coesivos na dinâmica escolar.

Nesse sentido, a produção em formato de gêneros textuais argumentativos depende consideravelmente de sua tessitura, levando-se em conta os conectivos fráscicos e transfráscicos. Além de se fazer necessária a identificação desses elementos no encadeamento discurso, é preciso também reconhecer seu caráter intersubjetivo que emana da escolha lexical, quando se trata de elementos anafóricos nominais, pois tais mecanismos estão diretamente subordinados aos propósitos do escrevente. Partimos, então, da concepção de texto não apenas como um encadeamento de palavras, mas a disposição seguindo determinados princípios oriundos de um fazer discursivo, e da interação envolvida no jogo de ideias intencionais, de considerável poder axiológico.

Surgem, portanto, algumas indagações acerca do trabalho de interpretação textual e de intervenção pedagógica: como são reconhecidos os objetos de discurso? Como as anáforas os recuperam? E como o professor pode intervir no desenvolvimento da competência linguística do estudante, durante o processo de escrita e reescrita textual?

Esses questionamentos apontam para a necessidade de se analisar minimamente tais fenômenos presentes nas produções textuais dos alunos, no sentido de se delimitar as formas de exploração desses recursos coesivos transfráscicos e de se compreender como a abordagem desses aspectos linguísticos implicaria no desenvolvimento cognitivo e metacognitivo dos sujeitos envolvidos na própria produção escrita. Preocupamo-nos, então, em descrever o fenômeno da referenciação, analisando quantitativa e qualitativamente, no intuito de oferecer uma proposta teórico-metodológica sistematizada, com atenção às retomadas anafóricas por nominalização (diretas e associativas).

Para alcançar nosso intento, propusemos uma sequência didática, que estabelece um mínimo de conhecimento metalinguístico envolvido, pois compreendemos que a competência linguística é fruto não apenas do trabalho de retextualização, mas envolve a reflexão sobre tais

mecanismos e sua produção de sentido. Para tanto, seguiremos como aporte teórico as concepções de Adam (2011), Cavalcante (2013), Conte (2003) e Koch (2000), dentre outros. Nosso trabalho caracteriza-se como uma pesquisa experimental, com abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa. Optamos por aplicar a sequência didática numa turma-experimental e numa outra turma-controle, pertencentes ao mesmo turno, com quantidade de alunos equivalente (em torno de 45 estudantes), além de não apresentarem considerável distorção idade/série. Até então, já analisamos 6 (seis) produções escritas, nas quais percebemos maior ocorrência de anáforas pronominais ou nominais correferenciais diretas, mas a ocorrência de mecanismos mais complexos, como as anáforas associativas, está comumente presente em produções escritas de estudantes com maior competência linguística.

Compreendemos que o trabalho promoverá uma inquietude docente quanto à abordagem de tais mecanismos coesivos, através de atividades sistemáticas sobre a referenciação, e por consideramos de fundamental importância a anáfora em textos escritos dos alunos.

1 Coesão referencial: tecendo alguns conceitos.

Quais os mecanismos que determinam o uso da linguagem pelos sujeitos, e em que ponto sua contribuição é relevante para a estabilização dos objetos de discurso na língua? Para responder esta questão, estaremos adentrando num trabalho de análise metalingüística, ao averiguar a língua por meio dela mesma.

Segundo Marcuschi (1998, p. 2), temos quatro perspectivas teóricas quanto ao mecanismo de processamento da informação: segundo a visão *mentalista*, de forma computacional, a atividade mental é autônoma, pois sua organização se dá em módulos; os *empiristas* tratam-na como é processamento de informações semânticas; para os *funcionalistas*, é a elaboração da experiência organizada; e para os *conexionistas*, trata-se de um produto oriundo da própria mente.

É preciso saber que a mente constrói representações mais ou menos estabilizadas, para que seu uso seja viável, mesmo estando sempre pronta para novas alterações conceituais, ou seja, essas estruturas representacionais estão guardadas “na memória de maneira organizada e acessível”. (Marcuschi, 1998, p. 2)

Melo (2001, p. 39) afirma que, sobre os estudos semântico-discursivos, existe um posicionamento dualista entre as relações que a referência apresenta. A primeira visão considera a linguagem *transparente* e *referencialista*, de um ponto de vista representacional.

Trata-se da caracterização da realidade, criando uma ligação direta entre língua e mundo como elementos indissociáveis. A segunda visão considera a linguagem um *lugar de interação*, uma construção intercambiada, sustentada principalmente pelos aspectos sócio-históricos, manifestada pelas intenções dos interlocutores no momento da interação, interferindo diretamente na *determinação referencial*.

Mondada (2005, p. 11) também cita a referência sob essas duas visões distintas, pois:

(...) para uns, a referência é concebida no interior de um modelo de correspondência entre palavras do discurso e objetos do mundo, de modo que a validade das primeiras é avaliada em um quadro vericondicional; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos.

Para estudar a referenciação e as estratégias relativas ao encadeamento discursivo é necessário analisar, segundo Mondada (2005, p. 12), “as práticas referenciais manifestadas na interação social”. Elas irão determinar seu funcionamento e apresentarão os pontos de estabilidade e instabilidade da língua.

Por conseguinte, não defendemos a língua apenas como um meio subjetivo e individual de uso; muito pelo contrário. Compartilhamos da opinião de Koch & Marcuschi (1998, apud KOCH, 2004, p. 57) onde ela “deve obedecer às restrições impostas pelas condições culturais, sociais e históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua.”

A língua perde seu caráter formal e delimitado para uma concepção de construto social que, segundo Cortez (2005, p. 320), está “longe de ser [apenas – grifo nosso] um instrumento de comunicação. A língua é, em essência, ação pública realizada e negociada discursivamente no âmbito das relações sociais.” As construções comunicativas são estados, eventos partilhados no mundo discursivo mesmo que irreal; são uma sucessão de argumentos intencionados pelo falante/escritor convenientemente tecidos.

Não compreendemos mais a referência pela metáfora do espelho, e isso nos faz transitarmos do termo *referência* para *referenciação*, por se tratar de uma atividade discursiva, e não de uma relação entre palavras e objetos. “A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade.” (KOCH, 2006, p. 79)

Apothelóz & Reichler-Béguelin (1995, p. 265 apud KOCH, 2006, p. 80) afirmam que, inicialmente, a referência se constrói dentro do texto a partir do encadeamento e das operações escolhidas pelos sujeitos. Conseqüentemente, o discurso possui, em essência, a capacidade de construir o que ele faz remissão, e o texto cria relações esquemáticas capazes de estabelecer representações e utilizá-las de forma partilhada.

Segundo os autores, com base nas relações entre o sujeito e sua produção discursiva, aquele tem o poder de decidir sobre a alteração ou não, de características do referente textual, sem ao menos tê-las sofrido discursivamente. Por conseguinte, o discurso é dinâmico e não depende das possibilidades existentes, mas das escolhas realizadas pelos interlocutores.

A complexidade em se firmar uma ligação entre palavra e objeto mundano está na falta de precisão da atividade de discretização das entidades. As dificuldades encontradas no momento de se pontuar certas proposições, selecionar vocábulos adequados ou por escolhas mal construídas, provam a necessidade de se discorrer sobre como se dão tais processos.

Para Mondada e Dubois (1995, p. 21) “a perspectiva utópica de uma cartografia perfeita entre as palavras e as coisas, considera tão somente que os objetos são estáveis, mas também que eles têm propriedades ‘essenciais’.” Porém, se pensarmos assim, todas as imprecisões, erros, dificuldades na escolha lexical não seriam tomadas pela relação entre texto e mundo, mas pela relação entre indivíduo e do que ele dispõe, lingüisticamente. O ideal seria haver uma relação dialogada entre sujeito, língua e mundo, num mecanismo de discretização interativa, onde o sujeito, dispondo da língua, num processo relacional com o mundo, perceptivamente, escolhe o léxico que acha pertinente à construção de seu projeto de dizer.

Segundo Mondada (1994 apud Koch, 2004, p. 64) o objeto de discurso é uma construção textual e se complementa no próprio discurso:

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores e ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente.

É necessário também mencionar o papel da interação na constituição e manutenção dos objetos de discurso. Estes são negociados por diferentes locutores e apoiados discursivamente pelas instabilidades provenientes das próprias tentativas conceituais. Esta relação dialógica entre os participantes do discurso também é defendida por Neves (2006, p. 75). Para a autora, há negociação do universo discursivo no momento oportuno; estes sujeitos inserem entidades e as preservam na medida em que desejam sua permanência ou mudança.

Ainda segundo a autora “é ao estabelecer a interação linguística, que os falantes instituem os objetos de discurso”, pois a gênese das entidades não está no mundo real, mas são construções mentais, mesmo quando se tenta discretizar a realidade extramente.

Para Apothéloz (2003), no caso da referenciação ser estabelecida por meio de anáforas, é preciso compreender suas propriedades essenciais: a correferência, que equivale à partilha de mesmo referente e; a co-significação, quando equivale a referentes diferentes mais partilhando mesmo conceito. Nesse sentido, as duas propriedades podem ocorrer conjuntamente, mas não há qualquer dependência de coexistência. Ainda o autor define cinco tipos de anáfora: infiel, fiel, por nominalização, por mecanismo siléptico e por associação. Vale ressaltar o papel das anáforas associativas na dinâmica textual, pois elas são criadas devido às informações que já constam no contexto anterior; não são expressões correferentes a um antecedente e inserem um objeto novo como se ele já fosse conhecido.

Comprendemos, por isso, que a intervenção docente, no que tange o uso da anáfora através das atividades sistemática e propostas de reescrita colaborativa, influencia consideravelmente o desenvolvimento metacognitivo e a competência linguística, pois possibilita a utilização de mecanismos coesivos atento à construção de sentido pelo fenômeno da referenciação.

2 O mecanismo anafórico em produções escritas: análise parcial dos dados coletados

Optamos pela pesquisa experimental de natureza quantitativa e qualitativa interpretativa, pois mesmo sendo preciso quantificar os dados coletados, materializados através das ocorrências de elementos anafóricos, essa forma de análise possibilita descrever aspectos da intersubjetividade, presentes nas ciências da linguagem, levando em conta os componentes situacionais e a investigação pormenorizada do processo envolvido nas escolhas linguísticas. Escolhemos uma turma do 9º (nono) ano do Ensino Fundamental como grupo-experimental e outra turma no mesmo horário (matutino) para o grupo-controle. Nelas, temos 44 (quarenta e cinco) alunos matriculados. A escola campo da pesquisa pertence à rede estadual de Pernambuco. Para o grupo-teste, escolhemos uma turma do 1º (primeiro) ano do Ensino Médio, composta de 42 alunos matriculados. A intervenção está dividida em 05 (cinco) etapas, mediadas pelo professor: 1) debate regrado, a partir de tema gerado em discussões informais; 2) proposta de construção do primeiro texto argumentativo, além da utilização da tabela de conferência com os critérios avaliativos, que coincidia com a chave de

correção; 3) devolução das produções acompanhadas de bilhetes orientadores, numa perspectiva de correção textual-interativa (RUIZ, 2010, p. 138); 4) proposta de reescrita colaborativa, através da seleção de 01 texto produzido; e 5) atividades de reconhecimento de elementos anafóricos; 5) produção da versão final. Para análise dos dados, utilizaremos como referencial teórico, as contribuições de Conte (2003) e Mondada (2003 e 2005).

A partir da aplicação da primeira produção textual numa turma-teste, coletamos 06 (seis) textos, nos quais foi possível verificar maior ocorrência das anáforas diretas nominais, por processo de sinonímia e por repetição, não sendo reconhecido qualquer texto em que não se registre seu aparecimento. Tal recurso coesivo é muito comum nas produções em que os objetos de discurso se confundem, por apresentarem semelhanças quanto aos aspectos flexionais, ou seja, é necessário, conseqüentemente, evitar possíveis ambigüidades. Num total de 25 (vinte e cinco) anáforas, não foi percebido correspondência entre seu quantitativo e o desempenho dos escreventes na construção do texto.

No caso das anáforas indiretas pronominais esquemáticas e diretas, nem todos os textos manifestaram sua presença, nem tampouco de encapsulamentos anafóricos. Vale salientar que das 04 (quatro) ocorrências de expressões rotuladoras, 02 (duas) delas foram verificadas no texto 1, no qual os alunos apresentaram maior consistência argumentativa e maior organização textual.

A anáfora associativa foi o segundo mecanismo de coesão referencial mais recorrente durante a produção textual dos estudantes, sendo verificada em 04 (quatro) dos 06 (seis) textos analisados. Das ocorrências descritas, o maior percentual corresponde aos textos mais bem sucedidos, quanto ao cumprimento da proposta de escrita, conforme se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – quantidade de anáforas

MECANISMO COESIVO	T1	T2	T3	T4	T5	T6	Total
Anáfora direta (repetição/sinonímia)	6	2	5	5	1	6	25
Anáfora pronominal (direta/indireta)	-	-	1	1	-	2	4
Anáfora indireta	-	-	-	-	-	-	-
Anáfora associativa	4	2	-	3	1	-	10
Expressões encapsuladoras	2	-	1	-	1	-	4
Avaliação a partir de ficha de correção	9,5	6,5	8,5	9,0	7,0	6,0	-

CONCLUSÃO

A partir dos textos coletados e da análise realizada, observamos a relação persistente entre a competência dos escreventes e as retomadas por anáforas associativas. Tomando ainda a tabela apresentada, percebemos a ausência das anáforas tipicamente indiretas em todas as produções, o que sugere a dificuldade na conexão entre os elementos anafóricos e suas âncoras: os objetos de discurso. Seu uso, compreendido num trabalho de negociação de sentido, e por não apresentar relação com o objeto denotado, talvez impeça sua manifestação nos referidos textos.

Já a anáfora associativa antecipa para o interlocutor a situação comunicativa e, conseqüentemente, o contexto discursivo, pois possibilita o desmembramento dos comentários de proposições anteriores em novos tópicos frasais, por ser um forte recurso argumentativo. Ela representa o modelo de escolha lexical, que depende das intenções dos escreventes, no momento da organização do texto e da sua competência linguística.

Os dados ainda são preliminares, mas já apontam para caminhos em que a intervenção pedagógica pode superar os entraves na construção da argumentação, dispondo dos elementos de coesão referencial, pela antecipação dos mecanismos anafóricos, além de possibilitar a reflexão sobre os sentidos alcançados a partir das escolhas de tais recursos em situações concretas de uso, principalmente em atividades como a reescrita colaborativa, na qual a construção passa a ser dialógica, negociada e reflexiva.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

APOTHÉLOZ, D. *Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual*. In: CAVALCANTI, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Calixto (Org.). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez. 2013.

CONTE, Maria-Elisabeth. *Encapsulamento anafórico*. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. Encontro de Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, dezembro de 1998. (Mimeo).

MELO, C. L. M. T. S. de. *Anáfora indireta esquemática pronominal: uma anáfora coletiva genérica e coletiva restritiva*. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 2001.

MONDADA, Lorenza. *A referenciação como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirurgica*. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwirges Maria Morato; BENTES, Anna Cristina (Orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: Cavalcante, Mônica Magalhães; Rodrigues, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena. (Orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

RUIZ, Eliana Donaio. *Como corrigir redações na escola: uma proposta textual-interativa*. São Paulo: Contexto, 2010.